

Nádson Araújo dos Santos
Universidade Federal do Acre
nadson.santos@ufac.br

Renata Cristina Lopes Andrade
Universidade Federal do Acre
renata.cristina@ufac.br

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves
Universidade Federal do Rio Grande
suzanevieira@gmail.com

Publicado em: 10/05/2023

 [10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15509](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15509)

APRESENTAÇÃO

FORMAÇÃO DOCENTE: POLÍTICAS E PRÁTICAS SOB A PERSPECTIVA HUMANA

O Dossiê Temático “*Formação Docente: Políticas e Práticas sob a perspectiva Humana*” traz as discussões e as reflexões de pesquisadores e pesquisadoras, nacionais e internacionais, do campo da Educação, acerca da Formação Docente, tanto em aspectos Políticos quanto em Práticos em uma perspectiva Humana. As leitoras e os leitores encontrarão uma coletânea de artigos subscritos por pesquisadores e pesquisadoras de referência, com reconhecidos predicados em relação à temática, os quais, considerando os distintos enfoques e olhares, problematizam, questionam e refletem e refratam sobre o importante, e urgente tema, a Formação Docente.

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ TEMÁTICO

FORMAÇÃO DOCENTE: POLÍTICAS E PRÁTICAS SOB A PERSPECTIVA HUMANA

O Dossiê Temático “*Formação Docente: Políticas e Práticas sob a perspectiva Humana*” traz as discussões e as reflexões de pesquisadores e pesquisadoras, nacionais e internacionais, do campo da Educação, acerca da Formação Docente, tanto em aspectos Políticos quanto em Práticos em uma perspectiva Humana. As leitoras e os leitores encontrarão uma coletânea de artigos subscritos por pesquisadores e pesquisadoras de referência, com reconhecidos predicados em relação à temática, os quais, considerando os distintos enfoques e olhares, problematizam, questionam e refletem sobre o importante, e urgente, tema da Formação Docente.

Considerando que há uma agenda global de retrocessos neoliberais e neoconservadores no Brasil e no mundo, com destaque, para citar algumas, as recentes políticas e reformas educacionais brasileiras: Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2017); Novo Ensino Médio (2017); Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC/Formação (2019); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica – BNC-Formação Continuada (2020); Política Nacional de Alfabetização PNA (2019). Torna-se imprescindível o diálogo, a discussão, a avaliação, os tensionamentos e a reflexão crítica sobre as políticas e as práticas formativas de professores e professoras, o que envolve, ademais, os aspectos curriculares, ontológicos e ideológicos, o trabalho docente, a formação inicial e continuada, a valorização, os efeitos de sentido e os significados fundamentais da Educação.

Quando analisamos as mutações educacionais no cenário brasileiro, em resumo, possibilitadas pelo golpe de 2016, promovidas por um conglomerado de providências neoliberais do Governo de Michel Temer e reforçadas, ademais, pela ideologia conservadora do governo de Jair Messias Bolsonaro, procurando identificar o projeto de educação, podemos apontar que, atualmente, a proposta se caracteriza, principalmente, pela mera instrumentalização e pela (de)formação dos sujeitos da educação, característica sustentada, por exemplo, pelos projetos: Escolas Militarizadas; Future-se, Escola sem Partido, Novo Ensino Médio. O que, nesse contexto, significa uma expressiva ausência de formação, não forma para o conhecimento, não forma para o trabalho, não forma para ética ou estética, para a cultura ou política, o que resta é a completa descaracterização de todos

os aspectos e elementos que envolvem a Educação – plena, plural e humana. Voltamos para as informações rasas e para as técnicas que alunos e alunas devem receber e armazenar, treinando esses sujeitos apenas os “conhecimentos” técnicos, sem a possibilidade de apreender, de interpretar, de analisar, de problematizar, de sentir, de contextualizar, as realidades e as ações do e no mundo.

Com as recentes reformas, políticas e projetos de esvaziamento da Educação, deixa-se, portanto, meio da Educação, de humanizar o ser humano, ou seja, de formar o ser humano para o convívio consigo e com os outros, de formar e desenvolver os diversos aspectos e dimensões intrínsecas ao ser humano, aspectos e dimensões da natureza, da existência e da condição humana, que devem, necessariamente, ser contemplados mediante as políticas e os projetos educacionais, políticas e projetos que contemplem o conhecimento, a ciência, as emoções, as paixões, a cidadania, a cultura, a política, a ética, a estética (...), em suma, que abarquem o Humano. Se a humanidade do ser humano é relevante e categórica nas conexões, relações, situações, experiências e vivências, é recomendável (ou seguro) negá-la e desconsiderá-la enquanto desígnios da ação educacional?

Não são raros os acontecimentos que nos apontam para a barbárie da não formação da humanidade, o que leva o ser humano aos, já nomeados por Adorno, conhecimentos instrumentalizados, de acordo com o pensador alemão, o pior dentre todos, o paradoxo da civilização, *Auschwitz* (ADORNO, 2006). Esse tipo de conhecimento, instrumental, técnico, mecânico, cria seres ajustados às prescrições da sociedade, de uma dada educação, da religião e de todo tipo de exterioridade. O que significa, no âmbito das vivências e das experiências entre os humanos, a manifestação da ‘fraqueza do eu’ de Adorno (ADORNO, 2006), da ‘heteronomia’ apontada por Freire (FREIRE, 2010), da ‘banalidade do mal’ de Arendt (ARENDR, 1993), da “totalidade do eu” de Lévinas (LÉVINAS 1997). Expressões que descortinam, em geral, a arrogância, o egoísmo, a submissão, a doutrinação e a individualização dos seres humanos. E o resultado, em última instância, é uma verdadeira e desmedida crise Humana, para muito longe da autonomia, da liberdade, da alteridade, da consciência crítica, da Humanidade. Não é demais reforçar que, nos últimos tempos, no cenário brasileiro, um dos mecanismos para a efetivação da heteronomia, da totalidade do eu, da banalidade do mal, da regulação dos sujeitos e da criação de seres ajustados, apresenta-se na educação, basta analisar as recentes reformas, políticas e projetos educacionais, alguns já mencionados aqui.

Ora, apenas esclarecido de pseudoconhecimentos e de saberes superficiais, instrumentais, técnicos e mecânicos, com competências e habilidades, mas “sem o

conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo” (SAVIANI, 1999, p. 40), isso não conduzirá o ser humano para novas e múltiplas espécies de barbárie? Afinal, o que significa a educação em um projeto de educação que sobra o treinamento técnico e há a completa ausência de significados e de sentidos?

Quais as intenções, interações, impactos e implicações de uma formação, particularmente a formação de professores e professoras, sustentada por um currículo mínimo em relação à humanidade do ser humano? Vislumbramos nas recentes alterações e reformas educacionais, a dependência da direção instantânea, a prescrição rígida e a subordinação às regras ou receitas prontas. Porém, a partir desses traços, há espaço para a formação e o desenvolvimento da humanidade do ser humano? Há espaço para a proposta em um projeto de educação humana? Com o fim de uma autêntica formação humana? Nossa posição é, em definitivo, não. E enxergamos a necessidade e a indispensabilidade de projetos educacionais contrários à mera regulação, imposição e prescrição, enquanto caminhos para a formação plena do ser humano, a formação da sua humanidade, a qual considera, por exemplo, o desenvolvimento, a difusão e o fortalecimento dos princípios especulativos, das habilidades, das aptidões e dos conhecimentos, bem como, o desenvolvimento, a difusão, o fortalecimento dos princípios práticos, a virtude, a pessoa, a prudência, a dignidade, a cidadania, a autonomia, a liberdade, a emancipação. Com a conscientização, não a regulação, a imposição ou o ajuste dos sujeitos da educação. Há a distinção, decisiva, entre o ajustar, regular, treinar, adestrar e o formar, desenvolver, educar, realizar, junto da humanidade de todo ser humano, sem permitir qualquer exclusão.

Decerto esse ponto é, no campo das implicações educacionais, políticas e éticas, o significado da negação da coisificação dos seres humanos. Coisificação que esgota as relações com o outro, seja ele humano ou não humano, que exclui das vivências a oportunidade de novas e renovadas maneiras de pensamento e de ação. Coisificação que fortalece hábitos cristalizados, os quais alicerçam o desrespeito por tudo o que diz respeito ao ser humano e às suas relações: privadas, públicas, sociais, ambientais, profissionais, políticas, amigáveis, educacionais (...).

Ainda que em muitos cenários possamos crer que a humanidade se faz presente e é revelada nas realizações diárias, podemos observar, também, um estado de fragilidade humana desmedida, o qual se expressa na banalização do que é o bem ou o mal, no controle das vidas e dos corpos, no esvaziamento da dignidade e da pessoa humana, na violência e na barbárie das relações entre os externos. Vemos, então, uma grande

dicotomia, humanidade *versus* a fragilidade humana. Considerando a instabilidade humana, estampada em diversos cenários dos cotidianos, enxergamos a necessidade e a urgência de uma relação intensa entre a Educação e a Formação da Humanidade, da Educação Básica ao Ensino Superior, pois seja qual for a momento educacional, o ser humano é o que permanece.

Do exposto, e neste momento de luta, no qual a façanha organizada da extrema direita radical, conservadora e neoliberal, é interrompida com a eleição presidencial de 2022, e a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 2023, há a esperança de diálogo e o resgate de projetos democráticos, então, reforçamos a necessidade e a iminência de uma formação educacional que não se reduza à ordinária perspectiva técnica e instrumental como a única possível, mas, ao contrário, leve em conta a dimensão plena e plural do ser humano – cognitiva, estética, ética, política, cultural, humana (...).

Com vistas a contemplar e efetivar formações humanas, emancipadoras, autônomas, críticas, à compreensão da inclusão, à democratização da educação, à educação como justiça social, aos entendimentos sobre práticas e políticas de formação docente humana, eis a oportunidade, neste Dossiê Temático, de ideias, de elucidações, de análises, de inspirações e de demonstrações que possam provocar o pensar e o fazer a educação em seu sentido social e humano, o pensar e o fazer a educação enquanto formação genuinamente humana, que, junto do pensamento conjunto sobre a formação de professores e professoras, possam tecer discussões e compreensões políticas e formativas, para a afirmação de um vir a ser de formação humana efetiva, para, quem sabe, possamos, em suma, declarar a Humanidade como algo relevante, do mesmo modo, possamos negar uma existência em que as relações entre os externos (humanos e não humanos) são frágeis, precárias e transitórias.

Com a temática, *Formação Docente: Políticas e Práticas sob a perspectiva Humana*, apresentamos este dossiê na Revista *Debates em Educação* do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Queremos agradecer a todas e todos pelo empenho coletivo, o qual permitiu esta publicação. Esperamos que os textos que compõem esta edição, possam colaborar com as reflexões e as ações educacionais em sentido pleno.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Rio Branco/AC; Rio Grande/RS, maio de 2023.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 4. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ARENDT, Hannah. A dignidade da política: ensaios e conferências. Tradução de Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC Formação. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica – BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: Ensaio Sobre a Alteridade*. Petrópolis: RJ: Vozes, 1997.

SAVIANI, Dermeval. A Nova LDB: trajetória, limites e perspectivas. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.